

# Avaliação de uma intervenção preventiva de bullying a adolescentes

## *Evaluation of a preventive intervention bullying teenagers*

Ana Carina Stelko-Pereira<sup>1</sup>

Gabriela Pires Amâncio<sup>2</sup>

### Resumo

No Brasil, grande parte dos trabalhos científicos envolvendo violências na escola e bullying são para teorizar como são categorizados e definidos esses conceitos, há poucos estudos interventivos com intuito de diminuir tais casos. O objetivo desse estudo foi avaliar a efetividade de uma intervenção preventiva de violência na escola a adolescentes, em relação à redução da frequência de respostas agressivas, além de ensinar habilidades sociais cujo objetivo é aumentar relacionamentos sociais positivos. A intervenção consistiu em 10 encontros semanais com uma turma de alunos, em média 30, de 5º ano de uma escola pública de Fortaleza – CE, cada encontro semanal teve, em média, 60 minutos e foi aplicado em horário de aula, na presença da professora. Em outro dia da semana, foram realizadas atividades recreativas na hora do intervalo para os alunos que conseguiam reunir ao longo da semana cinco cupons de “vale-recreio” entregues pela professora quando o aluno emitia um comportamento adequado em sala de aula, como levantar a mão antes de falar, pedir permissão para levantar, ajudar o colega no conteúdo. Adicionalmente, foi ensinado o conceito de bullying aos alunos, como o fenômeno pode ser identificado, como enfrentar tais situações de forma pacífica, além de ensinar habilidades sociais que são imprescindíveis para o convívio entre pares, por meio de atividades lúdicas (vídeos, vivências, brincadeiras). Foram aplicados instrumentos pré e pós-intervenção e foram comparados índices de violência e autocontrole, no qual não se notaram mudanças significativas, porém houve aceitação social da intervenção e foi avaliada como adequada pelos públicos direto, alunos, e indireto, professora e coordenação da escola. Para que haja mudanças significativas nas escolas em relação à violência, é preciso que intervenções preventivas sejam promovidas, nos quais reúnam e envolvam alunos, pais, educadores, comunidade e o poder público.

**Palavras-chave:** Violência escolar. Bullying. Intervenção.

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta da Universidade Estadual do Ceará, Doutora em Psicologia e Mestre em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos, Especialista em Terapia Analítico-Funcional e Psicóloga

<sup>2</sup> Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual do Ceará e Mestranda do Programa em Saúde Coletiva da Universidade Estadual do Ceará.

Contato: Gabriela.pamancio@gmail.com

## Abstract

In Brazil, most of the scientific work involving violence at school and bullying are to theorize how they are categorized and defined these concepts, there are few interventional studies designed to reduce such cases. The aim of this study was to evaluate the effectiveness of a preventive intervention violence in school adolescents in relation to reducing the frequency of aggressive responses, in addition to teaching social skills aimed at increasing positive social relationships. The intervention consisted of 10 weekly meetings with a group of students on average 30, 5th year of a public school in Fortaleza - CE, each weekly meeting took on average 60 minutes and was applied in school hours, in the presence of teacher. In another day of the week were held recreational activities at break time for students who could gather throughout the week five coupons “worth-recreation” delivered by the teacher when the student was sending appropriate behavior in the classroom, how to raise your hand before you speak, ask permission to get help colleague in content. In addition, the concept of bullying students were taught, how the phenomenon can be identified, how to face such situations peacefully, in addition to teaching social skills that are essential for the interaction between peers through play activities (videos, experiences, play). They were applied instruments before and after the intervention and were compared of violence and self-indexes, in which there were noted significant changes, but there was social acceptance of intervention and was assessed as adequate by direct public, students, and indirect, teacher and school coordination. For there to be significant changes in schools in relation to violence is necessary for preventive interventions are promoted, in which meet and engage students, parents, educators, community and the government.

**Keywords:** School violence. Bullying. Intervention.

## Introdução

A partir da década de 80 e 90, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, os cientistas, os políticos e órgãos públicos começaram a se interessar pela temática da violência escolar (VARELA; LECANNELIER, 2010). Tendo em vista o conhecimento das distinções que o autor francês Bernard Charlot faz em relação às diferentes expressões: *violência na escola* – “aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e as atividades da instituição” (SOCIOLOGIAS, 2002, p. 434), *violência à escola* - “ligada à natureza e as atividades da instituição, como quando os alunos provocam incêndios, batem nos professores ou os insultam” (SOCIOLOGIAS, 2002, p. 434), e *violência da escola* – “violência institucional, simbólica (...)” (SOCIOLOGIAS, 2002, p. 435), este estudo se utiliza da expressão *violência escolar* para nomear qualquer tipo de violência que ocorre na escola e em seus arredores, incluindo o bullying.

O bullying é caracterizado pelo uso intencional e repetido da violência para intimidação entre pares que se manifesta de maneira unidirecional (diferença de poder), sendo complicado ou difícil para a vítima se defender (OLWEUS, 2004; RIGBY, 2002; LOPES NETO; SAAVEDRA, 2003). Pode ocorrer com crianças e adolescentes em diversos locais, como entre irmãos com idades próximas ou entre colegas em um clube recreativo, mas quando ocorre no contexto da escola denomina-se bullying escolar. O fenômeno inclui comportamentos agressivos diretos tais como bater ou chutar, ameaças verbais que são agressões utilizando a comunicação oral, como provocações, xingamentos ou insultos. Inclui também comportamentos agressivos indiretos, por exemplo, a exclusão e a rejeição. Podem envolver ações que prejudiquem as relações das vítimas, tais como boatos ou fofocas e de danos à propriedade, que inclui roubar ou danificar os bens de propriedade das vítimas. A forma eletrônica de zoar ou xingar outro indivíduo, utilizando imagens e ou conteúdos que causem intimidação, denomina-se cyberbullying (EVANS; FRASER; COTTER, 2014; STELKO-PEREIRA; WILLIAMS, 2010; LOPES NETO, 2005; LOPES NETO; SAAVEDRA, 2003).

Grande parte dos trabalhos científicos envolvendo violência escolar é para teorizar e caracterizar o conceito ou apresentar prevalências. Tais estudos são importantes para que pesquisadores percebam como o fenômeno está presente nas escolas brasileiras e como acarretam consequências negativas, porém há poucos estudos que promovam e avaliem intervenções cujo objetivo seja diminuir ocorrências e ou melhorar o convívio entre alunos, professores e funcionários (STELKO-PEREIRA, 2013).

A instituição educacional tem o papel de facilitar o aprendizado de conteúdos acadêmicos e de valores de cidadania, porém é um ambiente propício para casos violentos, acarretando consequências aos envolvidos (LOPES NETO, 2005). Vez por outra, na mídia, são noticiados tais casos, ora de alunos agredindo seus pares, ora de ex-alunos que foram vítimas de bullying, e que voltam ao ambiente para se “vingar” de pessoas ou da própria instituição que foi contexto para tanto sofrimento negligenciado. Vários casos ocorridos nos Estados Unidos ganharam repercussão e no Brasil um caso que teve destaque nacionalmente ocorreu em 2011, no qual um jovem matou 12 adolescentes e cometeu suicídio em uma escola da periferia do Estado do Rio de Janeiro. Casos como esse são direcionados à escola, sem alvos específicos e há fortes indícios que os autores foram vítimas de bullying severo por vários anos. Apesar da dimensão do fenômeno e de suas consequências serem negativas, esse problema

tem sido negligenciado, já que alguns profissionais da educação o consideram inerente à vida escolar (LOPES NETO, 2005; MASCARENHAS, 2006; PIZARRO; JIMÉNEZ, 2007).

Estar inserido num contexto violento é um problema grave, pois além de afetar negativamente a aprendizagem de conteúdos acadêmicos, pode acarretar prejuízos emocionais aos integrantes da instituição (ALVES; COURA-FILHO, 2001). As vítimas podem apresentar medo de ir à escola ou isolamento, desenvolver depressão, Transtorno de Estresse Pós-Traumático ou outros transtornos psicossomáticos. Autores têm maior probabilidade de se envolverem com o uso e ou tráfico de drogas, porte de armas, assaltos e formação de gangues. E profissionais da escola como professores, diretores e coordenadores podem desenvolver, por exemplo, transtorno de ansiedade, por não conseguirem mediar conflitos (MATOS; GONÇALVES, 2009; STELKO-PEREIRA; WILLIAMS, 2010).

Uma pesquisa recente realizada pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e a Organização dos Estados Interamericanos (OIE) denomina-se “Diagnóstico participativo das violências nas escolas: falam os jovens”, de 2016. Nesse estudo foi realizado um diagnóstico em escolas de sete capitais do Brasil que apresentaram maiores taxas de homicídios entre jovens: Maceió (AL), Salvador (BA), Fortaleza (CE), Vitória (ES), São Luís (MA), Belo Horizonte (MG) e Belém (PA) (ABRAMOVAY et al., 2016).

Reunindo os dados das sete capitais, a distribuição dos tipos de violência ocorridos nos últimos 12 meses relatados por estudantes foram: cyberbullying, definido na pesquisa como zoar, xingar e ameaçar pela internet (27,7%). Na sequência, roubos ou furtos (25,1%), ameaças (20,9%), agressões físicas (13,1%), violência sexual (1,6%) e outros (11,4%). A maioria dos estudantes considera que já ocorreu violência em suas escolas (70%) (ABRAMOVAY et al., 2016). Segundo a coordenadora da pesquisa, Miriam Abramovay, embora o contexto social fora da instituição educativa tenha influência com o que acontece dentro da instituição, a escola produz sua própria violência.

Outro estudo importante foi o realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012) em parceria com o Ministério da Saúde. A pesquisa envolveu 109.104 escolares do 9º ano (antiga 8ª série) do Ensino Fundamental de escolas públicas e privadas das capitais dos estados brasileiros e do Distrito Federal. Notou-se que as situações de violência na escola envolvendo adolescentes foram frequentes, considerando os seguintes indicadores: (a)

proporção de alunos que, nos últimos trinta dias, faltaram pelo menos um dia à escola por insegurança na escola, 5,5%, sendo significativamente maior entre os estudantes homens (6,1%) do que entre mulheres (5,0%) e para os matriculados em escolas públicas (6,2%) do que entre aqueles das escolas privadas (2,9%); (b) proporção de alunos que, nos últimos trinta dias, se envolveram em alguma briga com agressão física, 2,9%, sendo esse percentual cerca de duas vezes maior entre os meninos (17,5%) do que entre as meninas (8,9%), não houve diferença significativa entre estudantes de escolas públicas (13,0%) ou privadas (12,6%); (c) proporção de alunos que, nos últimos trinta dias, se envolveram em alguma briga com arma branca, 6,1% dos escolares, com prevalência significativamente maior entre os alunos do sexo masculino (9,0%) do que entre os do sexo feminino (3,4%), alunos das escolas públicas se envolveram mais nesses episódios (6,4%) em comparação aos das escolas privadas (4,7%) (IBGE, 2012). Pesquisas como essas demonstram como é importante criar e aplicar programas que previnam e combatam a violência na escola.

Constatou-se que muitos jovens são vítimas ou autores da violência. Entretanto, mesmo os que não se envolvem, diretamente, relatam casos dos quais tiveram conhecimento ou testemunharam. Essa proximidade contribui para trivializar o fenômeno, tornando natural para essa comunidade. O fenômeno se manifesta de várias formas: furtos, roubos, assaltos, estupros, agressões físicas, vinganças, homicídios, depredações de patrimônio, entre outros. Desse modo, essa realidade é habitual para jovens estudantes, tanto dentro, como fora da escola (ABRAMOVAY; RUA, 2002).

No Brasil, há poucas intervenções preventivas de violência escolar (STELKO-PEREIRA, 2012), mas pode-se citar o programa “Violência Nota Zero” (STELKO-PEREIRA; WILLIAMS, 2011). Esse programa foi aplicado e avaliado em uma escola pública e apresentou como finalidade mudar as práticas de funcionários a fim de atenuar o bullying entre os alunos e a violência entre alunos e funcionários. Tal programa consistiu em: 1) ensinar características do bullying e da violência escolar aos funcionários; 2) explicar como identificar esses fenômenos; 3) descrever as várias causas; 4) identificar as repercussões negativas na saúde para os indivíduos envolvidos nas situações de violência; 5) assinalar estratégias de resolução de problemas.

O programa consistiu em 12 encontros de 90 minutos cada e contou com 38 participantes. As temáticas foram trabalhadas por meio de filmes, atividades diárias de classe, discussões e exercícios de autorreflexão. Ao longo dos encontros, os participantes puderam buscar na comunidade serviços específicos

para os alunos com necessidades especiais e desenvolver atividades em sala com intuito de debater assuntos relevantes, como, por exemplo, as vantagens de se cumprir regras escolares para enfrentar a violência escolar e expandir um clima escolar positivo. A intervenção foi avaliada e percebeu-se que a saúde geral dos funcionários melhorou e os alunos afirmaram terem atuado menos como agressores (STELKO-PEREIRA; WILLIAMS, 2016).

Segundo Gottfredson et al. (2000), uma intervenção preventiva escolar tem o objetivo de diminuir comportamentos inadequados que aconteçam nos espaços físicos da escola ou arredores. Pode abranger uma população universal - direcionado a todos os alunos de uma escola ou de uma turma - ou grupos específicos - alunos que já manifestaram comportamentos agressivos ou que estão expostos a fatores de risco a esses comportamentos (GOTTFREDSON et al., 2000). Trabalhar com tais intervenções possibilitam resultados positivos em longo prazo e possuem menores custos (LÖHR et al., 2007).

É preciso intervir junto aos alunos também, não culpabilizando-os, mas auxiliando-os no seu desenvolvimento emocional, ensinando alternativas de enfrentamento. Para lidar com os desafios atuais, tais como o autoritarismo ou exposição de regras contraditórias, crianças e adolescentes têm a necessidade de desenvolver um repertório amplo de habilidades sociais (HS). De acordo com Del Prette e Del Prette (2005), HS são “classes de comportamentos sociais do repertório de um indivíduo, que favorece um relacionamento saudável e produtivo com as demais pessoas” (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2005, p.31). Por isso, são de suma importância à aprendizagem e fortalecimento da civilidade, empatia, assertividade, responsabilidade e cooperação, pois além de apresentarem uma correlação positiva com rendimento acadêmico possibilitam que crianças e adolescentes lidem de forma adequada com situações adversas e estressantes (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2005).

O treinamento de HS pode ser individual ou em grupo. Em contexto grupal pode-se perceber algumas vantagens, tais como: (a) a heterogeneidade na composição do grupo possibilita a exposição de situações e opiniões diferentes; (b) há maior possibilidade de aprendizagem observacional; (c) economia de tempo e investimento financeiro (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2005).

Pretende-se neste estudo avaliar uma intervenção preventiva de bullying escolar a adolescentes, quanto aos 1) aspectos de adequação de procedimentos utilizados e opinião dos participantes; 2) a efetividade do programa para redução da frequência de respostas agressivas.

## 1 Método

### 1.1 Participantes

Participaram desse estudo 30 alunos de 5º ano do Ensino Fundamental, com faixa etária de 9 a 14 anos, estudando em uma escola pública da cidade de Fortaleza-CE, situada em uma área de alta vulnerabilidade social. Adicionalmente, uma professora participou do estudo como observadora na intervenção com toda a turma e distribuindo cupons de “vale-recreio” durante a semana.

### 1.2 Intervenção

#### 1.2.1 *Com toda a turma:*

O grupo de alunos participou de 10 encontros semanais de, em média, 60 minutos cada, em horário de aula, na presença da professora, a fim de ensinar alternativas para o enfrentamento de bullying escolar e ensinar habilidades sociais, tais como empatia, resolução pacífica de problemas, expressão de sentimentos, civilidade.

Os objetivos específicos trabalhados em cada encontro foram: ensinar aos alunos a chamar os colegas pelo nome, prestar atenção ao que outra pessoa estiver falando, compreender a necessidade de regras e obedecê-las, identificar características positivas do colega, demonstrar boas maneiras, melhorar a comunicação, identificar e expressar sentimentos e opiniões, perceber os sentimentos das outras pessoas, respeitar a opinião do outro, trabalhar em equipe, respeitar as diferenças entre as pessoas, reconhecer situações que podem gerar violência, aprender como agir em situações iminentes de violência escolar, reconhecer a importância da ajuda do outro, cooperar, falar em público, fazer escolhas e analisar pedidos recebidos. Cada encontro foi planejado pelas pesquisadoras e envolveu atividades lúdicas como desenhos, exibição de vídeos, vivências e dinâmicas, organização de teatros pelos alunos e discussões sobre as temáticas.

As facilitadoras usaram algumas estratégias na condução dos encontros, tais como: chamar os alunos pelo nome; utilizar diferentes tons de voz para chamar atenção ao conteúdo do encontro; elogiar o aluno que estivesse emitindo um comportamento adequado o mais rápido possível; ignorar quando o aluno estivesse emitindo um comportamento inadequado. Quando um aluno estivesse atrapalhando, chamava-o pelo nome e pedia algum tipo de ajuda para que este participasse positivamente da aula; enquanto os alunos estivessem realizando

alguma atividade, caminhava-se pela sala e elogiava aqueles que estivessem realizando-a e para tornar o conteúdo mais interessante ensinava-se algum gesto ou palavra diferente.

Em todos os encontros foram contabilizados pontos positivos, quando os alunos emitiam comportamentos adequados em sala de aula (levantar a mão antes de falar, pedir permissão para sair, ajudar o colega com conteúdo) e pontos negativos, quando os alunos emitiam comportamentos inadequados (gritar, agredir colega/ professor física ou verbalmente, ficar andando pela sala sem permissão).

### ***1.2.2 No intervalo entre as aulas:***

Ao longo da semana, a professora avaliava os alunos que apresentavam respostas adequadas em sala de aula, em seguida fornecia cupons de “vale-recreio” a esses alunos. Semanalmente foi conversado com a professora a fim de verificar se esta estava tendo alguma dificuldade com o procedimento de entrega dos cupons. Uma vez na semana, diferente do dia do encontro com toda a turma, no horário de intervalo, as facilitadoras realizavam atividades recreativas e de treinamento de habilidades sociais somente aos alunos que tivessem reunido cinco cupons de “vale-recreio”.

### **1.3 Cuidados éticos:**

O estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual do Ceará (32415914.0.0000.5534). Após a aprovação, os pesquisadores explicaram o projeto a diretora da escola, onde já haviam sido realizados trabalhos de pesquisa e extensão, convidando a escola a participar. A diretora assinou um Termo de Anuência, em seguida, foi escolhida uma turma de alunos de 5º ano para participar no segundo semestre de 2014 da intervenção.

As pesquisadoras foram na sala da turma selecionada, explicaram os objetivos da pesquisa e a sua relevância, destacando o caráter voluntário da pesquisa. Foram entregues Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, que deveriam ser assinados pelos responsáveis dos alunos, recusando ou aceitando a participação destes na pesquisa. Somente participaram do estudo os alunos cujos responsáveis tivessem consentido a participação e que simultaneamente tivessem interesse em participar, assinando o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido.



## 1.4 Instrumentos da avaliação pré e pós-intervenção

*Questionário de Avaliação de Encontro para Alunos* – esse instrumento, desenvolvido para o estudo, avaliou cada encontro em quatro itens: 1) se eles gostaram das atividades, 2) se aprenderam algo novo, 3) se o que aprenderam foi importante para eles e 4) se eles gostaram da atuação das pesquisadoras e, em seguida, se requisitou que o respondente concedesse uma nota para o encontro de zero a dez. Esse questionário foi criado pelas autoras.

*Questionário de Avaliação Final do Programa para Alunos* – esse instrumento, desenvolvido também para o estudo, avaliou em perguntas abertas o que o aluno mais gostou do programa, o que menos gostou, o que mudou na sua sala de aula, se houve algum tema que gostaria de ter aprendido e que não foi abordado e qual nome ele daria para a intervenção. Esse questionário foi criado pelas autoras com o objetivo de avaliar a aceitação social geral da intervenção pelos alunos.

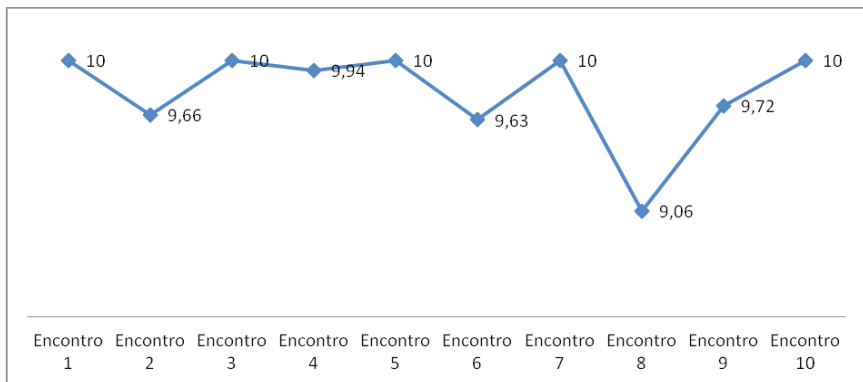
*Escala de Violência Escolar (EVE)* - versão alunos desenvolvido por Stelko-Pereira (2012). Tem como objetivo avaliar a ocorrência e gravidade de violência escolar e bullying vivenciada e praticada por alunos. Possui questões cujas respostas estão em escala Likert, sendo possível anotar apenas uma alternativa para cada questão. Essa escala apresenta sub-escalas: *vitimização de alunos por alunos*, *vitimização de alunos por funcionários da escola*, *autoria de violência a alunos por alunos* e *comportamentos de risco de alunos*. Os escores mínimos possíveis são para: vitimização de alunos por alunos igual a 18; vitimização de alunos por funcionários da escola igual a 14, autoria de violência a alunos por alunos igual a 23 e comportamentos de risco igual a 6. Essa escala teve sua consistência interna aferida, tendo  $\alpha > 0.70$  e os itens das sub-escalas foram selecionados a partir de análise fatorial (STELKO-PEREIRA, 2012).

*Escala Feminina de Auto-Controle (EFAC) ou Escala Masculina de Auto-Controle (EMAC)* desenvolvidos por Martinelli e Sisto (2006). Tais escalas foram aprovadas pelo CFP (2012) e têm em torno de 30 itens, para crianças de 8 a 14 anos, avaliam dois fatores: autocontrole em relação a regras e condutas sociais, que diz respeito ao cumprimento de deveres e obrigações em situações do cotidiano com amigos, familiares ou na escola, e autocontrole em relação a sentimentos e emoções, que diz respeito ao controle das emoções em situações em que a criança se sente obrigada a desempenhar uma atividade ou em situações de confrontos. As respostas estão em escala Likert de três pontos, podendo ser positivas (sempre=2, às vezes=1 e nunca=0) ou negativas

(sempre=0, às vezes=1 e nunca=2), sendo alguns exemplos de itens: “*fico muito nervoso quando tenho que falar para a classe*” e “*fico irritado quando não sei fazer alguma coisa*”. Análises de consistência interna indicaram para cada fator  $\alpha > 0.72$  e nas análises de teste-reteste notou-se uma boa estabilidade ( $r > 0.83$ ). De acordo com o manual da EFAC e do EMAC (MARTINELLI; SISTO, 2006), a classificação para o autocontrole em relação a sentimentos e emoções indica: a) autocontrole baixo variando de 0-20 no EFAC e de 0-13 no EMAC e b) autocontrole médio se pontuação de 21-27 no EFAC e de 14-19 no EMAC. Já em relação ao autocontrole com relação a regras e condutas sociais a classificação envolve: a) autocontrole baixo se a pontuação varia de 0-12 no EFAC e de 0-18 no EMAC e b) autocontrole médio se a pontuação for de 13-17 no EFAC e 19-25 no EMAC.

### 1.5 Procedimentos de coleta e análise de dados

Fez-se uma análise dos questionários que foram respondidos pelos alunos e tais análises foram complementadas com o diário de campo das pesquisadoras. As escalas EVE, a EFAC e a EMAC foram aplicadas em duas etapas: 1) uma semana antes da intervenção em sala de aula e 2) uma semana após o término da intervenção. Nas duas etapas, as aplicações dos instrumentos citados foram realizadas em sala de aula, em horário letivo e respondidos pelos alunos que estavam presentes.



Foram calculados os escores totais de cada aluno para a EVE e também os escores totais para meninos e meninas em relação à Escala de Autocontrole, os fatores foram o *autocontrole em relação a sentimentos e emoções* e *autocontrole em relação a regras e condutas sociais*. Em seguida, empregou-se o teste de Wilcoxon pareado por medidas repetidas para comparar os escores nos instrumentos antes e após a intervenção. Os cálculos foram realizados por meio do *Statistical Package for the Social Sciences* (IBM SPSS 20.0).

Média de notas atribuídas por encontro em uma escala de 0 a 10.

## 2 Resultados e Discussão

De modo geral, os encontros foram considerados excelentes pelos alunos, uma vez que a média das notas atribuídas a cada encontro foi superior a nove. As notas mínimas fornecidas para os encontros 1, 3, 5, 7 e 10 foram nota 10, para o encontro 4 foi 9, para o encontro 9 foi 8, para os encontros 2 e 6 foram 7 e para o encontro 8 foi 1. Assim, é possível notar que para alguns alunos encontros ou atividades específicas não agradaram. Conforme o *Questionário de Avaliação Final do Programa* os encontros 4, 8 e 10 foram os mais citados positivamente.

Uma hipótese do porquê que alguns alunos não apreciaram determinados encontros é que os estudantes tinham faixas etárias diferentes, variando de 9 a 14 anos, alguns alunos repetentes na série. Assim, nota-se que algumas atividades propostas agradavam alguns alunos e outros não, por conta da diferença de idades e, conseqüentemente, por diferenças de interesses. Diante dessa situação, as facilitadoras precisavam dar uma atenção maior aos alunos mais velhos que ficavam desmotivados em executar algumas atividades. Os “vale-recreios” foram citados como uma das melhores atividades da intervenção no *Questionário de Avaliação Final do Programa*.

Notou-se conforme índices pré-programa em autocontrole apresentados na Tabela 1 que era necessário intervir para aumentar autocontrole e diminuir violência escolar. As meninas apresentavam quanto a *sentimentos e emoções* classificação de autocontrole baixo.

Tabela 1 Comparação por teste de Wilcoxon pareado entre escores medianos pré e pós na EFAC, EMAC e EVE.

	Meninos		Meninas			
<b>Autocontrole em relação a</b>	<b>Pré</b>	<b>Pós</b>	<b>Pré</b>	<b>Pós</b>	<b>Z</b>	<b>P</b>
Sentimentos e emoções	19	19	19	20,5	-1,195	00.232
Regras e condutas sociais	25	21	13	12	-0.88	0.279
	Meninos e Meninas					
<b>Vitimização de alunos por</b>	<b>Pré</b>	<b>Pós</b>	<b>Z</b>			<b>P</b>
Alunos	19	19	-0.665	0.506		
Funcionários da escola	18	18	-0.339	0.734		
Autoria de violência de alunos por alunos	15	15	-0.424	0.671		

Apesar da intervenção não ter reduzido significativamente comportamentos de violência e nem aumentado comportamentos de autocontrole, esta foi uma importante ferramenta para ensinar e aumentar de frequência a emissão de comportamentos adequados, tais como levantar a mão antes de falar, pedir permissão para sair da sala e a diminuição de comportamentos inadequados, tais como gritar, xingar ou agredir fisicamente os colegas. Embora as pesquisadoras não tenham aplicado metodologias para contabilizar emissões de comportamentos adequados/inadequados de forma individual, notou-se por meio da observação grupal que os alunos estavam aumentando a emissão de comportamentos adequados em sala de aula.

No momento das atividades, notou-se que os alunos exerciam certo controle sob os comportamentos dos colegas, já que os pontos contabilizados nos encontros eram grupais e não individuais. Essa forma grupal de contagem de pontos, não gerou competição entre os pares e isso foi muito satisfatório, pois uniu bastante o grupo de alunos. Para o público indireto, como diretores, coordenadores e funcionários, a intervenção foi satisfatória, pois além de trabalhar uma temática importante, é de grande estima o ensino de habilidades sociais sistematizadas na escola.

## Conclusão

A violência de forma geral acarreta grandes prejuízos para a comunidade escolar, ocasionando consequências emocionais e psicológicas negativas aos envolvidos. Por isso é de grande valia desenvolver intervenções que envolvam escolares, funcionários e pais (ALVES; COURA-FILHO, 2001; MATOS; GONÇALVES, 2009; STELKO-PEREIRA; WILLIAMS, 2010). Assim, evita-se que alunos desenvolvam transtornos psiquiátricos, como a depressão e previne o uso de álcool ou drogas, evasão escolar e ou formação de gangues (CARREIRA, 2005), além de melhorar a saúde dos profissionais da escola. O treino de habilidades sociais (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2005) é uma satisfatória ferramenta para prevenir violência e diante disso, são fundamentais intervenções que aliem essas duas temáticas.

O presente estudo trabalhou com um público universal, ou seja, com uma turma inteira, incluindo meninos e meninas, prevenindo os diferentes tipos de violências. Mas, pesquisas indicaram diferenças nos tipos de violências vivenciadas pelos jovens (IBGE, 2012), tais características são importantes para que pesquisadores promovam intervenções bem específicas a um público mais definido, por exemplo, somente para meninos ou somente para meninas, já que há diferenças quanto à forma de vitimização/ agressão entre gêneros.

Pesquisas de prevalência indicam que o tipo de violência mais comum nas escolas é o cyberbullying, porém a intervenção apresentada delimitou-se a trabalhar violências presenciadas na escola (ABRAMOVAY et al., 2016), seria interessante que futuros estudos abordassem mais precisamente formas de enfrentamento para o cyberbullying. O estudo apresentou algumas limitações, uma delas foi que as pesquisadoras não tiveram acesso a comportamentos emitidos pelos alunos em outros dias da semana para que fosse verificado se eles estavam ou não generalizando as regras em sala de aula com a professora. De modo geral, a intervenção objetivou o ensino de habilidades sociais como tentativa de aumentar comportamentos opostos aos de violência. A intervenção poderá ser aprimorada aumentando o número de encontros e abordando de forma mais específica a temática do bullying e suas consequências. É importante incluir de forma mais sistemática o ensino de alternativas socialmente habilidosas para que o enfrentamento tenha o mínimo possível de consequências negativas.

Embora nesse estudo as escalas aplicadas não tenham indicado mudanças significativas em relação à intervenção, nota-se que a aceitação social pelos alunos foi expressiva. Os alunos gostaram das atividades e professora e

coordenadora da escola notaram mudanças nos comportamentos dos alunos em sala de aula. A intervenção necessita de aprimoramentos, principalmente na utilização de escalas que avaliem melhor as temáticas relacionadas aos encontros, como habilidades sociais.

Para que haja mudanças significativas nas escolas em relação à violência é preciso que intervenções sejam promovidas e avaliadas, nos quais reúnam e envolvam alunos, pais, educadores, comunidade e o poder público. São necessários que os alunos debatam sobre seus direitos como cidadãos e como podem resolver pacificamente seus conflitos.

## Referências

- ABRAMOVAY, M. et al. *Diagnóstico participativo das violências nas escolas: falam os jovens*. Rio de Janeiro: FLACSO - Brasil, OEI, MEC, 97 p., 2016.
- ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G. *Violências nas escolas*. Brasília: UNESCO, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.
- ADRIANO SEVERO, C. et al. Bullying na escola: comportamento agressivo, vitimização e conduta pró-social entre pares. *Contextos Clínic*, São Leopoldo, v. 2, n. 2, dez., 2009. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-34822009000200001&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822009000200001&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 4 out. 2014.
- ALVES, A. M.; COURA-FILHO, P. Avaliação das ações de atenção às mulheres sob violência no espaço familiar, atendidas no Centro de Apoio à Mulher (Belo Horizonte), entre 1996 e 1998. *Revista Ciência & saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 243-257, 2001.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE 2012*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- CARREIRA, D. B. X. *Violência nas escolas: qual é o papel da gestão?* 2005. 130f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Política e administração da Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília – DF, 2005.
- DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. *Habilidades sociais na infância: Teoria e prática*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

- EVANS, C.B.R.; FRASER, M.W.; COTTER, K.L. The effectiveness of school-based bullying prevention programs: A systematic review. *Aggression and Violent Behavior*, 19 (2014) 532–544, 2014.
- GOTTFREDSON, G. D. et al. National Study of Delinquency Prevention in Schools. *Ellicott, Maryland*: Gottfredson Associates, 2000.
- LÖHR, S.S. et al. Avaliação de programas preventivos: relato de experiência. In: *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 12, n. 3, p. 641-649, set./dez, 2007.
- LOPES NETO, A. A. Bullying: Comportamento agressivo entre estudantes. *Jornal de Pediatria* (Rio de Janeiro), 81(5), 164-172, 2005.
- LOPES NETO, A. A.; SAAVEDRA, L. H. *Diga não para o bullying – programa de redução do comportamento agressivo entre estudantes*. Rio de Janeiro: ABRAPIA, 2003.
- MARTINELLI, S. C; SISTO, F. F. *Escala Feminina de Auto-Controle (EFAC) ou Escala Masculina de Auto-Controle (EMAC)*. São Paulo: Vetor, 2006.
- MASCARENHAS, S. Gestão do *bullying* e da indisciplina e qualidade do bem-estar psicossocial de docentes e discentes do Brasil (Rondônia). *Psicologia, Saúde & Doenças*, 7(1), 95-107, 2006.
- MATOS, M. G; GONCALVES, S. M. P. Bullying nas Escolas: Comportamentos e Percepções. *Psic., Saúde & Doenças*, Lisboa, v. 10, n. 1, 2009. Disponível em <[http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-00862009000100001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862009000100001&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 4 out. 2014.
- PIZARRO, H. C.; JIMÉNEZ, M. I. Maltrato entre iguales en la escuela costarricense. *Revista Educación*, 31(1), 135-144, 2007.
- SOCIOLOGIAS. *A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão*. Texto traduzido do original em Francês por Sonia Tabora. Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez 2002, p.432-443, 2002.
- STELKO-PEREIRA, A.C; WILLIAMS, L. C. A. Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, 2010. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2010000100005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000100005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 4 out. 2014.
- STELKO-PEREIRA, A.C.; WILLIAMS, L. C. A. Programa Violência Nota Zero: descrição de um programa de prevenção de violência escolar. In: Cândido V. B. B. Pessoa, Carlos Eduardo Costa, Marcelo Frota Benvenuti (Orgs). *Comportamento em foco*, v.1, 521-532, 2011.

- STELKO-PEREIRA, A. C. *Avaliação de um programa preventivo de violência escolar: planejamento, implantação e eficácia*. 194 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, 2012.
- STELKO-PEREIRA, A. C.; WILLIAMS, L. C. A. Um programa brasileiro de prevenção de violência Escolar: violência nota zero. In: Matos, Margarida Gaspar de & Tomé, Gina. (Cols). *Aventura Social: Promoção de Competências e do Capital Social para um Empreendedorismo com Saúde na Escola e na Comunidade Volume 2 - Intervenções com jovens e na comunidade*. Lisboa: Placebo, Editora LDA, 2012.
- STELKO-PEREIRA, A.C.; WILLIAMS, L. C. A. “Psiu, repara aí!”: Avaliação de folder para prevenção de violência escolar. In: *Psico-USF*, Bragança Paulista, v. 18, n. 2, p. 329-332, maio/agosto, 2013.
- STELKO-PEREIRA, A. C.; WILLIAMS, L. C. A. . Evaluation of a Brazilian School Violence Prevention Program (Violência Nota Zero). *Pensamiento Psicologico*, v. 14, p. 1, 2016.
- OLWEUS, Dan. The Olweus Bullying Prevention Program: Design and implementation issues and new national initiative in Norway. En SMITH, P. K., PEPLER, D.; RIGBY, K. (Eds.), *Bullying in schools: How successful can interventions be?* Cambridge: Cambridge University Pres. (pp. 13-36)., 2004.
- RIGBY, K. *How successful are anti-bullying programs for schools?* Paper The Role of School in Crime Prevention Conference, Melbourne, Australia, 2002.
- VARELA, J.; LECANNELIER, F. Violencia escolar y bullying en Chile. Aportes al proyecto de ley antibullying desde el modelo whole school approach. En sanhueza, p. (ed.), *violencia escolar. Una mirada desde la investigación y los actores educativos*.145-160, Valparaíso, Chile: Universidad de Playa Ancha, 2010.

**Recebido em:** 16/08/2016

**Aprovado em:** 22/09/2016